PROJETO DE LEI

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências."

O povo de Tocantins por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Tocantins para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - as prioridades e metas;

II - a estrutura do orçamento municipal;

III - a elaboração, alteração e execução orçamentária;

IV - as despesas de pessoal e encargos sociais;

V - as condições para concessão de recursos públicos;

VI - as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições sobre a dívida pública municipal; e

VIII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos, nos termos do art. 4º e seus §§ 1º a 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

a) Anexo I - Metas Fiscais; e

b) Anexo II - Riscos e Eventos Fiscais.

Scanned with CamScanner

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional e legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades municipais, terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§1º O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo e deverão estar adequadas ao Plano Plurianual (PPA) de 2026/2029.

§2º Na execução do Orçamento do exercício financeiro de 2026, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.3º O Orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município e suas possíveis alterações.

Art. 4º A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função, subfunção, programa, projetos, atividades e operações especiais de cada unidade gestora e conterá:

I - mensagem encaminhando o projeto de lei;

II - texto da lei;

III - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

IV - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

V - quadro das dotações por órgãos de governo e administração;

VI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções;

VII - programa de trabalho através da funcional programática; e

VIII - demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

Scanned with CamScanner

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na proposta orçamentária de 2026 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, podendo ser readequadas e redefinidas a codificação e as especificações das fontes, obedecendo as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e/ou Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 6º A proposta orçamentária do Município, relativa ao exercício financeiro de 2026, deverá ser elaborada em conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparência na elaboração e execução do orçamento.

Art. 7º O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2026, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa do projeto de lei orçamentária de 2026 à Câmara Municipal.

Art. 8º As emendas ao projeto de lei do orçamento devem obedecer ao disposto no §3º do art. 166, da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

I - dotações com recursos vinculados;

II - dotações referentes à contrapartida;

III - dotações referentes a obras em andamento; e

IV - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

Scanned with CamScanner

Art.9º O projeto de lei orçamentária anual conterá dotação para Reserva de Recursos para Emendas Individuais, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

§1º Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão, nos termos legais, o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das respectivas emendas.

§2º As programações orçamentárias de origem nas emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis.

§3º Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:

I - as emendas individuais que desconsiderarem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

II - as emendas que apresentarem a adoção de ações e serviços públicos para a realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;

III - as emendas que apresentarem a alocação de recursos insuficientes para a execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;

IV - a não comprovação de que os recursos orçamentários ou financeiros são suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - a incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

VI - a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico-financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas à execução de obras;

VII - a emenda individual que conceder dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo ao disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VIII - a aprovação de emenda individual que conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em desacordo ao disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IX - a destinação de dotação a entidade que não atenda os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

X - a destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XI - a criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;

Scanned with CamScanner

XII - os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro.

§4º Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias e nas unidades orçamentárias, e comporão relatório a ser formalmente comunicado pelo Poder Executivo.

§5º A parcela da reserva de recursos a que se refere o *caput* deste artigo que não for utilizada pelos vereadores para indicação de emendas individuais durante o processo de tramitação da lei orçamentária de 2026 poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§6º As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas individuais de execução obrigatória a elas destinadas, apresentar plano de trabalho, sujeito a avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter:

I - cronograma físico e financeiro;

II - plano de aplicação das despesas;

III - informações de conta corrente específica.

Art. 10. O projeto de lei orçamentária de 2026 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei Federal nº 4320, de 1964, visando:

I - criar, quando for o caso, natureza de despesa em categoria de programação já existente;

II - movimentar, internamente, o Orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas; e

III - incorporar valores que excedam às previsões constantes da Lei Orçamentária.

IV - abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025, observado o disposto no inciso I do §1º e no §2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

V - abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao excesso de arrecadação apurado, observado o disposto no inciso II do § 1º e no §3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964;

Art.11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 ou em créditos adicionais, quando for necessária a repriorização de programas, ações ou gastos governamentais fixados na estrutura do orçamento, determinadas as respectivas realocações de recursos nos termos seguintes:

I - Remanejamento: realocações na organização do ente público, com destinação de recurso de um órgão, secretaria, departamento, ou congênere para outro, em decorrência da extinção,

Scanned with CamScanner

transformação, transferência, incorporação ou desmembramento, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no parágrafo único do art.5º desta Lei;

II - Transposição: realocações no âmbito dos programas de trabalho já existentes no orçamento do órgão executor das ações governamentais;

III - Transferência: realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão, secretaria, departamento ou congênere e do mesmo programa de trabalho, em função da repriorização dos gastos a serem efetuados.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 ou em créditos adicionais.

Art. 12. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, incluir ou alterar fontes de recursos nas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026, respeitadas as devidas vinculações.

Parágrafo único. A movimentação entre fontes de recursos de uma única dotação orçamentária não configura abertura de crédito adicional.

Art. 13. O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o *caput* do art. 212 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O Município aplicará parte dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, nos termos estabelecidos no art. 212-A da Constituição Federal.

Art. 14. A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2026, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e seu §3º, da Constituição Federal.

Art. 15. A Lei Orçamentária de 2026 deverá conter Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Scanned with CamScanner

Art. 16. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do art.16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Art. 17. Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2026, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. O cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art.168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional, o prazo mensal e a proporção fixada na Lei Orçamentária de 2026, em observância as regras dispostas no art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Art. 18. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2026.

§1º Excluem do *caput* deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e para movimentação financeira.

§3º Para efeito de aplicação deste artigo serão considerados, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital e às despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

§4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 19. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 20. A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

CAPÍTULO V

Scanned with CamScanner

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21. Para efeito do disposto nos incisos V e X do art. 37, observado o inciso II, §1° e *caput* do art.169, da Constituição Federal, com as disposições contidas na Emenda Constitucional n° 109, de 15 de março de 2021, e na Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, poderão criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concurso público, conceder qualquer vantagem, corrigir, reajustar ou aumentar a remuneração dos servidores públicos municipais e admitir pessoal, mediante lei e prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, de acordo com os limites constitucionais e legais.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no *caput* deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2026 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 22. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinqüenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudenciais.

Art. 23. No exercício financeiro de 2026 a realização de hora extra, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Art. 24. Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1° do art.18 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, desde que haja vacância dos cargos a serem substituídos, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Art. 25. O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas, em observância as regras aplicáveis à concessão de recursos públicos.

§1° As entidades beneficiadas nos termos do *caput* deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

§2° Fica vedada à concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do §1° deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Scanned with CamScanner

Art. 26. O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei municipal específica.

Art. 27. A Lei Orçamentária conterá dotação para acobertar despesas com contribuições a entidades que visem o desenvolvimento municipal ou regional.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2026, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no que couber.

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.30. A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art. 31. Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

Art. 32. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 33. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2026.

CAPÍTULO IX

Scanned with CamScanner

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pelo Município quando firmado convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

Art. 35. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 36. A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2026, deverá ser elaborada de conformidade com o princípio de transparência dos atos de gestão, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Parágrafo único. São instrumentos de transparência dos atos de gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

II - relatórios resumidos da execução orçamentária;

III - relatórios de gestão fiscal;

IV - balanço geral anual;

V - audiências públicas; e

VI - leis, os decretos, as portarias e demais atos do Executivo.

Art. 37. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2026 não seja devolvido até 31 de dezembro de 2025 ao Poder Executivo para sanção, até que o mesmo o seja, a programação dele constante poderá ser executada à razão de 1/12 (um doze avos).

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tocantins, 30 de abril de 2025.

Silas Fortunato de Carvalho
Prefeito Municipal

Scanned with CamScanner

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 024 DE 30 DE ABRIL DE 2025

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Vereadora,

Encaminhamos à elevada consideração dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026 e dá outras providências", elaborado em conformidade com as disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (PLDO 2026) constitui instrumento fundamental para o planejamento e a condução da política fiscal do Município, estabelecendo parâmetros para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disciplinando a execução das despesas públicas. Entre suas principais disposições, destacam-se:

- Estrutura do orçamento municipal;
- Regras para elaboração, alteração e execução orçamentária;
- Normas sobre despesas com pessoal e encargos sociais;
- Condições para a concessão de recursos públicos;
- Diretrizes para alterações na legislação tributária;
- Regras sobre a dívida pública municipal; e
- Disposições finais.

O PLDO 2026 contempla, ainda, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, conforme determinação dos §§1º a 3º do art. 4º, combinado com o inciso III do art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses anexos incluem a memória e metodologia de cálculo das metas anuais de receitas e despesas, demonstrando o resultado primário e nominal, bem como a comparação com os valores programados e realizados nos dois exercícios anteriores e as projeções para 2026 e os anos subsequentes.

Scanned with CamScanner

Importante ressaltar que a metodologia para apresentação do Anexo de Metas Fiscais segue as diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, garantindo maior simplificação, transparência e alinhamento às boas práticas de gestão fiscal.

Adicionalmente, considerando que se trata do primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, no momento da tramitação do presente Projeto de Lei, o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029 ainda não terá sido aprovado. Dessa forma, as prioridades e metas para o exercício de 2026 serão detalhadas na Lei do PPA, em observância às diretrizes estabelecidas pela LDO.

No que se refere à possibilidade de transposição, remanejamento e transferência de dotações orçamentárias, tais medidas somente poderão ocorrer quando necessárias à repriorização de programas, ações ou despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições. Ressalta-se que tais ajustes devem preservar a estrutura programática estabelecida, respeitando a classificação funcional das despesas.

Diante do exposto, considerando a relevância do PLDO 2026 para o planejamento e execução orçamentária do Município, submetemos o presente Projeto de Lei à análise dos Nobres Vereadores, confiantes em sua aprovação.

Atenciosamente,

Silas Fortunato de Carvalho
Prefeito Municipal

Scanned with CamScanner

METAS ANUAIS

2026

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/ RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.598.670	80.955.665	0,00	110,07	87.651.831	87.232.444	0,00	110,11	90.986.910	93.983.470	0,00	110,11
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	83.463.284	79.869.171	0,00	108,59	86.471.029	86.057.292	0,00	108,63	89.761.356	92.717.554	0,00	108,62
Receitas Primárias Correntes	75.725.326	72.464.427	0,00	98,52	78.423.553	78.048.321	0,00	98,52	81.408.881	84.089.999	0,00	98,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.085.560	8.694.316	0,00	11,82	9.448.982	9.403.772	0,00	11,87	9.807.099	10.130.086	0,00	11,87
Transferências Correntes	61.189.659	58.554.698	0,00	79,61	63.637.245	63.332.761	0,00	79,94	66.049.097	68.224.356	0,00	79,93
Demais Receitas Primárias Correntes	5.450.107	5.215.413	0,00	7,09	5.337.326	5.311.788	0,00	6,70	5.552.685	5.735.557	0,00	6,72
Receitas Primárias de Capital	7.737.958	7.404.744	0,00	10,07	8.047.476	8.008.971	0,00	10,11	8.352.475	8.627.556	0,00	10,11
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.598.670	80.955.665	0,00	110,07	87.651.831	87.232.444	0,00	110,11	90.986.910	93.983.470	0,00	110,11
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	88.238.528	84.438.782	0,00	114,80	91.437.283	90.999.784	0,00	114,86	94.915.831	98.041.786	0,00	114,86
Despesas Primárias Correntes	71.267.687	68.198.744	0,00	92,72	74.105.442	73.750.871	0,00	93,09	76.870.263	79.401.906	0,00	93,02
Pessoal e Encargos Sociais	40.388.685	38.649.460	0,00	52,55	41.921.240	41.720.660	0,00	52,66	43.424.324	44.854.460	0,00	52,55
Outras Despesas Correntes	30.879.002	29.549.284	0,00	40,18	32.184.202	32.030.211	0,00	40,43	33.445.939	34.547.447	0,00	40,47
Despesas Primárias de Capital	12.122.561	11.600.537	0,00	15,77	12.289.630	12.230.828	0,00	15,44	12.812.257	13.234.216	0,00	15,50
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	4.848.279	4.639.502	0,00	6,31	5.042.211	5.018.085	0,00	6,33	5.233.310	5.405.664	0,00	6,33
Receita Total (COM FONTES RPPS)	8.490.068	8.124.467	0,00	11,05	8.829.671	8.124.467	0,00	11,09	9.164.315	8.124.467	0,00	11,09
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.088.576	1.998.638	0	2,72	2.172.119	1.998.638	0	2,73	2.254.443	1.998.638	0	2,73
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	8.490.068	8.124.467	0,00	11,05	8.829.671	8.124.467	0,00	11,09	9.164.315	8.124.467	0,00	11,09
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	8.490.399	8.124.784	0,00	11,05	8.830.015	8.124.784	0,00	11,09	9.164.673	8.124.784	0,00	11,09
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-4.775.244	-4.569.611	0,00	-6,21	-4.966.254	-4.942.492	0,00	-6,24	-5.154.475	-5.324.232	0,00	-6,24
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-11.177.067	-10.695.758	0,00	-14,54	-11.624.150	-11.568.532	0,00	-14,60	-12.064.705	-12.462.044	0,00	-14,60
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.135.386	1.086.494	0,00	1,48	1.180.801	1.175.152	0,00	1,48	1.225.554	1.265.916	0,00	1,48
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	486.776	465.814	0,00	0,63	506.247	503.824	0,00	0,64	526.433	542.738	0,00	0,64
Dívida Pública Consolidada (DC)	783.188	749.462	0,00	1,02	33.984	33.821	0,00	0,04	0	0	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-7.896.976	-7.556.914	0,00	-10,27	-8.993.387	-8.950.356	0,00	-11,30	-9.369.508	-9.678.083	0,00	-11,34
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.061.707	1.015.987	0,00	1,38	1.096.411	1.091.165	0,00	1,38	376.121	388.508	0,00	0,46

Parâmetros Macroeconômicos				
Variáveis	2025	2026	2027	2028
IPCA (variação %)	5,65	4,5	4	3,79
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,98	1,61	2	2
Selic (% a a)	15,00	12,5	10,5	10
IGP-M (variação %)	5,07	4,52	4	4

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

	2025	2026	2027	2028
Receita Corrente Liquida	73.662.464,57	76.860.711,85	79.604.354,71	82.634.434,52

Scanned with CamScanner

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4, §2, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizada em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.048.194	0,00%	105,78%	76.048.631	0,00%	102,91%	5.000.437	7,04%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	69.336.191	0,00%	103,23%	75.020.703	0,00%	100,43%	5.684.512	8,20%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.048.194	0,00%	105,78%	76.602.455	0,00%	102,91%	5.554.261	7,82%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	70.308.194	0,00%	104,68%	75.507.912	0,00%	101,84%	5.199.718	7,40%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	7.079.692	0,00%	10,54%	5.950.458	0,00%	10,25%	-1.129.234	-15,95%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.265.597	0,00%	1,88%	1.889.094	0,00%	1,83%	623.497	49,27%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	7.079.692	0,00%	10,54%	7.689.983	0,00%	10,25%	610.291	8,62%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	7.079.692	0,00%	10,54%	7.689.983	0,00%	10,25%	610.291	8,62%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-972.003	0,00%	-1,45%	-487.210	0,00%	-0,71%	484.793	-49,88%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-6.786.098	0,00%	-10,10%	-6.288.099	0,00%	-9,11%	497.999	-7,34%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.158.525	0,00%	1,72%	2.083.006	0,00%	3,02%	924.481	79,80%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-12.790.328	0,00%	-19,04%	-5.779.159	0,00%	-18,53%	7.011.169	-54,82%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	5.029.558	0,00%	7,49%	378.040	0,00%	0,55%	-4.651.518	-92,48%

	2024	2024
Receita Corrente Líquida	67.165.011,00	69.039.881,00

Scanned with CamScanner

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

VALORES A PREÇOS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	119.019.292	71.048.194	-40,31%	73.519.232	3,48%	84.598.670	15,07%	87.651.831	3,61%	90.986.910	3,80%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	118.385.240	69.336.191	-41,43%	69.540.865	0,30%	83.463.284	20,02%	86.471.029	3,60%	89.761.356	3,81%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	59.509.846	71.048.194	19,39%	73.519.232	3,48%	84.598.670	15,07%	87.651.831	3,61%	90.986.910	3,80%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	59.221.831	70.308.194	18,72%	73.177.532	4,08%	88.238.528	20,58%	91.437.283	3,63%	94.915.831	3,80%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	10.181.668	7.079.892	-30,47%	5.657.756	-20,08%	8.490.068	50,06%	8.829.671	4,00%	9.184.315	3,79%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.851.222	1.265.597	-52,26%	1.406.878	11,16%	2.088.576	48,45%	2.172.119	4,00%	2.254.443	3,79%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	5.090.834	7.079.892	39,07%	5.657.756	-20,08%	8.490.068	50,06%	8.829.671	4,00%	9.184.315	3,79%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	5.090.834	7.079.892	39,07%	5.657.756	-20,08%	8.490.399	50,07%	8.830.015	4,00%	9.184.673	3,79%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	59.163.409	-972.003	-101,64%	-3.636.667	274,14%	-4.775.244	31,31%	-4.966.254	4,00%	-5.154.475	3,79%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	56.723.797	-6.786.098	-111,96%	-7.887.545	16,23%	-11.177.067	41,71%	-11.624.150	4,00%	-12.084.705	3,79%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.294.955	1.158.525	0,00%	1.471.108	26,99%	783.188	-46,76%	33.984	-95,66%	0	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-7.760.770	-12.790.328	64,81%	-6.835.269	-46,56%	-7.896.976	15,53%	-8.993.387	13,88%	-9.369.508	4,18%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	5.029.558	0,00%	-5.955.059	-218,40%	1.061.707	-117,83%	1.096.411	3,27%	378.121	-65,70%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	130.773.637	75.062.417	-42,60%	73.519.232	-2,06%	80.955.665	10,11%	80.651.298	-0,38%	80.662.889	0,01%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	130.076.966	73.253.686	-43,68%	69.540.865	-5,07%	79.869.171	14,85%	79.564.804	-0,38%	79.576.396	0,01%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	65.386.819	75.062.417	14,80%	73.519.232	-2,06%	80.955.665	10,11%	80.651.298	-0,38%	80.662.889	0,01%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	65.070.579	74.280.607	14,15%	73.177.532	-1,49%	84.438.782	15,39%	84.134.416	-0,36%	84.146.007	0,01%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	11.187.210	7.479.695	-33,14%	5.657.756	-24,36%	8.124.467	43,60%	8.124.467	0,00%	8.124.467	0,00%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.913.057	1.337.103	-54,10%	1.406.878	5,22%	1.998.838	42,06%	1.998.838	0,00%	1.998.838	0,00%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	5.593.605	7.479.695	33,72%	5.657.756	-24,36%	8.124.467	43,60%	8.124.467	0,00%	8.124.467	0,00%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	5.593.605	7.479.695	33,72%	5.657.756	-24,36%	8.124.784	43,60%	8.124.784	0,00%	8.124.784	0,00%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	65.006.387	-1.026.921	-101,58%	-3.636.667	254,13%	-4.569.611	25,65%	-4.569.611	0,00%	-4.569.611	0,00%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	62.325.839	-7.169.513	-111,50%	-7.887.545	10,02%	-10.695.758	35,60%	-10.695.758	0,00%	-10.695.758	0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.422.845	1.223.982	0,00%	1.471.108	20,19%	749.462	-49,05%	31.269	-95,83%	0	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-8.527.224	-13.512.982	58,47%	-6.835.269	-49,42%	-7.556.914	10,56%	-8.275.107	9,50%	-8.306.377	0,38%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0	5.029.558	0,00%	-5.955.059	-218,40%	1.061.707	-117,83%	1.096.411	3,27%	378.121	-65,70%

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Índices de Inflação	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	3,50	4,00	5,65	4,50	4,00	3,79

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	-209,15%	0,00	-222,80%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	-50.411.724,69	309,15%	-47.324.477,83	322,80%	49.035.079,88	100,00%
TOTAL	-50.411.724,69	100,00%	-47.324.477,83	100,00%	49.035.079,88	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	105.437.881,11	-88,03%	105.437.881,11	-100,30%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-225.208.101,70	188,03%	-210.556.508,51	200,30%	-119.654,19	100,00%
TOTAL	-119.770.220,59	100,00%	-105.118.627,40	100,00%	-119.654,19	100,00%

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.588.067,61	240.664,34	625,22
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	3.563.304,58	239.533,11	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	24.763,03	1.131,23	625,22

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	3.005.129,38	187.235,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.005.129,38	187.235,10	0,00
Investimentos	3.005.129,38	187.235,10	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAL	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2023 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2022 (i) = (Ic – IIf)
VALOR (III)	636.992,69	54.054,46	625,22

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			
			2024	2023	2022	
TOTAL			0	0	0	0

Fonte:

Scanned with CamScanner

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) 1,00

EVENTOS	2026
Aumento Permanente da Receita	3.605.869,90
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.605.869,90
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.605.869,90
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.605.869,90

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda

Scanned with CamScanner

PREVISÃO DE RECEITA E DESPESAS

Valores nominais

Especificação - Consolidado	Receita Projetada		
	Projetada 2026	Projetada 2027	Projetada 2028
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Operações de Crédito			
Amortização de Empréstimos			
Alienação de Bens	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários			
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes			
Outras Alienações de Bens			
Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias			
Outras Receitas de Capital Primárias			

Valores correntes

Especificação - Consolidado	Despesa Projetada		
	Projetada 2026	Projetada 2027	Projetada 2028
DESPESAS	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida			
Inversões Financeiras	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)			
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)			
Aquisição de Título de Crédito (XIX)			
Demais Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida Contratada			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			

Av. Barão do Rio Branco, 1212 - CEP 36512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3349-9000 - cpl@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

Parâmetros Macroeconômicos

Variáveis	2025	2026	2027	2028
IPCA (variação %)	5,65	4,50	4,00	3,79
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,98	1,61	2,00	2,00
Selic (% a.a)	15,00	12,50	10,50	10,00
IGP-M (variação %)	5,07	4,52	4,00	4,00

Scanned with CamScanner

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00	Utilização da reserva de contingência	1.260,94
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	1.260,94		0,00
SUBTOTAL	1.260,94	SUBTOTAL	1.260,94

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

TOTAL	1.260,94	TOTAL	1.260,94

Scanned with CamScanner

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

Especificação	Previsão		
	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES	85.350.780,03	88.434.025,62	91.798.749,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.085.560,02	9.448.982,41	9.807.098,85
Contribuições	6.833.718,53	7.107.067,27	7.376.425,12
Receitas Patrimoniais	2.414.913,12	2.511.509,64	2.606.695,86
Receitas de Valores Mobiliários	2.316.539,92	2.409.201,51	2.500.510,25
Demais Receitas Patrimoniais	98.373,20	102.308,13	106.185,61
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	3.805.805,44	3.627.252,06	3.777.799,65
Transferências Correntes	61.189.659,00	63.637.245,36	66.049.096,97
Outras Receitas Correntes	2.021.123,92	2.101.968,88	2.181.633,51
Outras Receitas Financeiras	4.550,08	4.732,08	4.911,43
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.737.957,71	8.047.476,02	8.352.475,36
TOTAL	93.088.737,74	96.481.501,64	100.151.225,32

Total de Despesas

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

Especificação	Previsão		
	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES	80.240.150,29	83.436.797,30	86.555.267,32
Pessoal e Encargos	48.650.625,89	50.513.658,22	52.342.394,85
Juros e Encargos da Dívida	486.775,59	506.246,61	525.433,36
Outras Despesas Correntes	31.102.748,81	32.416.892,47	33.687.439,11
DESPESAS DE CAPITAL	12.847.326,51	13.043.386,66	13.594.581,02
Investimentos	12.125.680,75	12.292.875,07	12.815.625,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Contratada	721.645,76	750.511,59	778.955,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.260,94	1.317,68	1.376,98
TOTAL	93.088.737,74	96.481.501,64	100.151.225,32

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS
ESTADO DE MINAS GERAIS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SE	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	
Receita de Contribuições dos Segurados	
Ativo	
Inativo	
Pensionista	
Receita de Contribuições Patronais	
Ativo	
Inativo	
Pensionista	
Receita Patrimonial	
Receitas Imobiliárias	
Receitas de Valores Mobiliários	
Outras Receitas Patrimoniais	
Receita de Serviços	
Outras Receitas Correntes	
Compensação Financeira entre os Regimes	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	
Demais Receitas Correntes	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	
Amortização de Empréstimos	
Outras Receitas de Capital	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021
Benefícios	
Aposentadorias	
Pensões por Morte	
Outras Despesas Previdenciárias	
Compensação Financeira entre os Regimes	
Demais Despesas Previdenciárias	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	

Scanned with CamScanner

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Outro Bens e Direitos	

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)	
Receita de Contribuições dos Segurados	
Ativo	
Inativo	
Pensionista	
Receita de Contribuições Patronais	
Ativo	
Inativo	
Pensionista	
Receita Patrimonial	
Receitas Imobiliárias	
Receitas de Valores Mobiliários	
Outras Receitas Patrimoniais	
Receita de Serviços	
Outras Receitas Correntes	
Compensação Financeira entre os regimes	
Demais Receitas Correntes	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	
Amortização de Empréstimos	
Outras Receitas de Capital	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021
Benefícios	
Aposentadorias	
Pensões por Morte	
Outras Despesas Previdenciárias	
Compensação Financeira entre os Regimes	
Demais Despesas Previdenciárias	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outro Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - I	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021
Receitas Correntes	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021
Despesas Correntes (XIII)	

Scanned with CamScanner

Pessoal e Encargos Sociais	
Demais Despesas Correntes	
Despesas de Capital (XIV)	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2021**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outro Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2021**
Contribuições dos Servidores	
Demais Receitas Previdenciárias	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2021**
Aposentadorias	
Pensões	
Outras Despesas Previdenciárias	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDO

Av. Padre Macário, 129 - CEP 36.512-000 - Tocantins - MG
PABX: (32) 3574-1319 | gabinete@tocantins.mg.gov.br

Scanned with CamScanner

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA:
previdenciárias do período de apuração.
empenhada (no 6º bimestre).

Scanned with CamScanner

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

#REF!
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2022**		**2023**		**2024**
RECEITAS CORRENTES (I)	R$	5.498.856,00	R$	5.267.664,00	R$ 5.950.457,00
Receita de Contribuições dos Segurados	R$	1.124.548,00	R$	1.278.083,00	R$ 1.855.617,00
Ativo	R$	1.124.113,00	R$	1.277.468,00	R$ 1.854.987,00
Inativo	R$	435,00	R$	615,00	R$ 629,00
Pensionista	R$	-	R$	-	R$ -
Receita de Contribuições Patronais	R$	1.765.282,00	R$	1.985.778,00	R$ 2.939.286,00
Ativo	R$	1.765.282,00	R$	1.985.778,00	R$ 2.939.286,00
Inativo	R$	-	R$	-	R$ -
Pensionista	R$	-	R$	-	R$ -
Receita Patrimonial	R$	871.986,00	R$	965.740,00	R$ 401.280,00
Receitas Imobiliárias	R$	-	R$	-	R$ -
Receitas de Valores Mobiliários	R$	871.986,00	R$	965.740,00	R$ 401.280,00
Outras Receitas Patrimoniais	R$	-			
Receita de Serviços	R$	-			
Outras Receitas Correntes	R$	-	R$	4.293,00	R$ 300.460,00
Compensação Financeira entre os Regimes	R$	4.405,00	R$	588.584,00	R$ -
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	R$	1.365.236,00	R$	447.187,00	R$ 453.835,00
Demais Receitas Correntes	R$	387.419,00	R$	-	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R$	-	R$	-	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R$	-	R$	-	
Amortização de Empréstimos	R$	-	R$	-	
Outras Receitas de Capital	R$	-	R$	-	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	R$	5.498.856,00	R$	5.267.664,00	R$ 5.950.457,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2022**		**2023**		**2024**
Benefícios	R$	-	R$	-	R$ -
Aposentadorias	R$	5.112.121,00	R$	5.887.312,00	R$ 6.367.167,00
Pensões por Morte	R$	858.078,00	R$	964.657,00	R$ 1.071.859,00
Outras Despesas Previdenciárias	R$	-	R$	-	R$ -
Compensação Financeira entre os Regimes	R$	-	R$	-	R$ -
Demais Despesas Previdenciárias	R$	188.165,67	R$	235.457,00	R$ -
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	R$	6.158.362,67	R$	6.887.426,00	R$ 7.439.026,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-R$	659.506,67	-R$	1.619.762,00	-R$ 1.488.569,00

Scanned with CamScanner

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	R$ 1.385.238,00	R$ 586.584,00	R$ -
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ -		
Investimentos e Aplicações	R$ 7.012.740,00	R$ 5.849.909,00	R$ 4.332.275,24
Outro Bens e Direitos			

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)			

Scanned with CamScanner

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS						
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022		2023		2024	
Receitas Correntes	R$	169.997,00	R$	325.208,00	R$	528.753,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	R$	169.997,00	R$	325.208,00	R$	528.753,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022		2023		2024	
Despesas Correntes (XIII)	R$	180.370,00	R$	221.502,00	R$	243.403,00
Pessoal e Encargos Sociais	R$	22.449,00	R$	31.223,00	R$	44.236,00
Demais Despesas Correntes	R$	157.921,00	R$	190.279,00	R$	199.167,00
Despesas de Capital (XIV)	R$	5.240,00	R$	-	R$	2.826,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	R$	185.610,00	R$	221.502,00	R$	246.229,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	-R$	15.613,00	R$		R$	282.524,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022		2023		2024	
Caixa e Equivalentes de Caixa						
Investimentos e Aplicações	R$	1.305.666,00	R$	860.430,00	R$	673.552,76
Outro Bens e Direitos						

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022		2023		2024	
Contribuições dos Servidores						
Demais Receitas Previdenciárias						
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)						

Scanned with CamScanner

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)			
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO		Receitas Previdenciárias (a)		Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2023	R$	3.455.096,00	R$	4.373.324,00	-R$ 918.228,00	R$ 6.710.251,00
2024	R$	8.610.119,00	R$	7.666.276,00	R$ 943.843,00	R$ 5.792.023,00
2025	R$	8.728.376,00	R$	7.742.939,00	R$ 983.437,00	R$ 6.735.866,00
2026	R$	8.843.841,00	R$	7.785.104,00	R$ 1.058.737,00	R$ 7.719.303,00
2027	R$	8.968.172,00	R$	7.862.955,00	R$ 1.105.217,00	R$ 8.778.040,00
2028	R$	9.095.900,00	R$	7.941.584,00	R$ 1.154.316,00	R$ 9.883.257,00
2029	R$	9.225.371,00	R$	7.984.667,00	R$ 1.240.704,00	R$ 11.037.573,00
2030	R$	9.362.444,00	R$	8.094.514,00	R$ 1.267.930,00	R$ 12.276.277,00
2031	R$	9.503.577,00	R$	8.145.159,00	R$ 1.358.418,00	R$ 13.576.207,00
2032	R$	9.647.101,00	R$	8.189.176,00	R$ 1.457.925,00	R$ 14.934.625,00
2033	R$	9.799.087,00	R$	8.271.068,00	R$ 1.528.019,00	R$ 16.392.550,00
2034	R$	9.955.446,00	R$	8.344.242,00	R$ 1.611.204,00	R$ 17.920.569,00
2035	R$	10.117.920,00	R$	8.427.684,00	R$ 1.690.236,00	R$ 19.531.773,00
2036	R$	10.283.847,00	R$	8.473.007,00	R$ 1.810.840,00	R$ 21.222.009,00
2037	R$	10.459.603,00	R$	8.557.737,00	R$ 1.901.866,00	R$ 23.032.849,00
2038	R$	10.639.504,00	R$	8.603.577,00	R$ 2.035.927,00	R$ 24.934.715,00
2039	R$	10.830.084,00	R$	8.689.613,00	R$ 2.140.481,00	R$ 26.970.642,00
2040	R$	11.025.614,00	R$	8.735.973,00	R$ 2.289.641,00	R$ 29.111.123,00
2041	R$	11.232.782,00	R$	8.823.333,00	R$ 2.408.449,00	R$ 31.400.784,00
2042	R$	9.099.430,00	R$	8.870.215,00	R$ 229.215,00	R$ 33.810.213,00
2043	R$	9.184.355,00	R$	8.958.917,00	R$ 225.438,00	R$ 34.039.428,00
2044	R$	9.267.855,00	R$	9.008.325,00	R$ 259.530,00	R$ 34.264.866,00
2045	R$	9.355.916,00	R$	9.096.388,00	R$ 259.528,00	R$ 34.526.196,00
2046	R$	9.442.843,00	R$	9.144.322,00	R$ 298.321,00	R$ 34.785.724,00
2047	R$	9.534.561,00	R$	9.235.765,00	R$ 298.796,00	R$ 35.084.045,00
2048	R$	9.625.052,00	R$	9.284.228,00	R$ 340.824,00	R$ 35.382.841,00
2049	R$	9.720.988,00	R$	9.377.071,00	R$ 343.915,00	R$ 35.723.665,00
2050	R$	9.819.540,00	R$	9.504.435,00	R$ 315.105,00	R$ 36.067.580,00
2051	R$	9.913.203,00	R$	9.554.255,00	R$ 358.948,00	R$ 36.382.685,00
2052	R$	10.012.505,00	R$	9.649.798,00	R$ 362.707,00	R$ 36.741.633,00
2053						R$ 37.104.340,00

Scanned with CamScanner

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

2054	R$	10.110.505,00	R$	9.700.182,00	R$	410.343,00	R$ 37.514.683,00
2055	R$	10.214.431,00	R$	9.797.164,00	R$	417.267,00	R$ 37.931.950,00
2056	R$	10.319.566,00	R$	9.895.135,00	R$	424.431,00	R$ 38.356.381,00
2057	R$	10.423.555,00	R$	9.946.555,00	R$	477.000,00	R$ 38.833.381,00
2058	R$	10.533.860,00	R$	10.046.021,00	R$	487.839,00	R$ 39.321.220,00
2059	R$	10.643.208,00	R$	10.097.994,00	R$	545.214,00	R$ 39.866.434,00
2060	R$	10.759.223,00	R$	10.198.974,00	R$	560.249,00	R$ 40.426.683,00
2061	R$	10.876.974,00	R$	10.300.963,00	R$	578.011,00	R$ 41.002.694,00
2062	R$	10.994.014,00	R$	10.354.017,00	R$	639.997,00	R$ 41.642.691,00
2063	R$	11.118.216,00	R$	10.457.557,00	R$	660.659,00	R$ 42.303.350,00
2064	R$	11.241.967,00	R$	10.511.172,00	R$	730.795,00	R$ 43.034.145,00
2065	R$	11.373.316,00	R$	10.616.284,00	R$	757.032,00	R$ 43.791.177,00
2066	R$	11.504.514,00	R$	10.670.462,00	R$	834.052,00	R$ 44.625.229,00
2067	R$	11.645.761,00	R$	10.816.559,00	R$	829.202,00	R$ 45.454.431,00
2068	R$	11.785.659,00	R$	10.924.724,00	R$	860.935,00	R$ 46.315.366,00
2069	R$	11.925.684,00	R$	10.980.412,00	R$	945.272,00	R$ 47.260.638,00
2070	R$	12.074.331,00	R$	11.090.216,00	R$	984.115,00	R$ 48.244.753,00
2071	R$	12.223.497,00	R$	11.146.482,00	R$	1.077.015,00	R$ 49.321.768,00
2072	R$	12.381.869,00	R$	11.257.947,00	R$	1.123.922,00	R$ 50.445.690,00
2073	R$	12.543.993,00	R$	11.370.526,00	R$	1.173.467,00	R$ 51.619.157,00
2074	R$	12.135.826,00	R$	11.427.939,00	R$	707.887,00	R$ 52.327.044,00
2075	R$	12.269.149,00	R$	11.542.219,00	R$	726.930,00	R$ 53.053.974,00
2076	R$	12.404.524,00	R$	11.600.218,00	R$	804.306,00	R$ 53.858.280,00
2077	R$	12.545.458,00	R$	11.716.220,00	R$	829.238,00	R$ 54.687.518,00
2078	R$	12.688.815,00	R$	11.833.382,00	R$	855.433,00	R$ 55.542.951,00
2079	R$	12.834.680,00	R$	11.892.553,00	R$	942.127,00	R$ 56.485.078,00
2080	R$	12.886.692,00	R$	12.011.478,00	R$	975.214,00	R$ 57.460.292,00
2081	R$	13.141.644,00	R$	12.131.593,00	R$	1.010.051,00	R$ 58.470.343,00
2082	R$	13.269.651,00	R$	12.191.953,00	R$	1.107.698,00	R$ 59.578.041,00
2083	R$	13.464.491,00	R$	12.313.872,00	R$	1.150.619,00	R$ 60.728.660,00
2084	R$	13.632.889,00	R$	12.374.830,00	R$	1.258.059,00	R$ 61.986.719,00
2085	R$	13.808.728,00	R$	12.498.578,00	R$	1.310.150,00	R$ 63.296.869,00
2086	R$	13.988.695,00	R$	12.671.153,00	R$	1.317.542,00	R$ 64.614.411,00
2087	R$	14.170.120,00	R$	12.797.865,00	R$	1.372.255,00	R$ 65.986.666,00
2088	R$	14.355.851,00	R$	12.861.136,00	R$	1.494.713,00	R$ 67.481.379,00
2089	R$	14.549.964,00	R$	12.989.749,00	R$	1.560.215,00	R$ 69.041.594,00
2090	R$	14.749.051,00	R$	13.119.646,00	R$	1.629.405,00	R$ 70.670.999,00
2091	R$	14.953.344,00	R$	13.184.176,00	R$	1.769.168,00	R$ 72.440.167,00
2092	R$	15.167.088,00	R$	13.316.018,00	R$	1.851.070,00	R$ 74.291.237,00
2093	R$	15.386.823,00	R$	13.448.178,00	R$	1.937.645,00	R$ 76.228.882,00
2094	R$	15.612.838,00	R$	13.514.983,00	R$	2.097.855,00	R$ 78.326.737,00
2095	R$	15.849.564,00	R$	13.650.133,00	R$	2.199.431,00	R$ 80.526.168,00
2096	R$	16.093.493,00	R$	13.716.567,00	R$	2.376.926,00	R$ 82.903.094,00

Scanned with CamScanner

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Scanned with CamScanner